

O aumento do salário mínimo e as ações do Governo Dilma Rousseff

A fixação do salário mínimo em R\$ 545,00 a partir de março de 2011 foi definitivamente aprovada pelo Congresso Nacional nesta quarta-feira, dia 23. Também foi aprovada a regra de cálculo para futuros reajustes do salário mínimo, onde foi adotado como base o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes, corrigido pela inflação medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do ano anterior.

O aumento do salário mínimo e a sua política de valorização, corretamente utilizados para a recuperação da capacidade aquisitiva de grande parte do povo brasileiro, trazem enormes e indiscutíveis reflexos na economia nacional, com especial destaque para as contas públicas.

Por natural, haverá um enorme impacto fiscal do aumento dos benefícios atrelados ao salário mínimo. Para tanto, buscando o equilíbrio das contas do Governo, o combate à inflação e o controle da economia brasileira, a presidente Dilma Rousseff determinou severidade fiscal, como o corte de 50 bilhões de reais no Orçamento da União.

Esses cortes no Orçamento se refletirão também nos investimentos públicos federais e irão contribuir para o controle da inflação e dos juros na medida em que o Governo, enquanto consumidor, busca serviços e produtos no mercado e pressiona os preços para cima. Desta forma, quanto menor a demanda por produtos e serviços, menor o preço dos ativos. Por outro lado, a redução dos investimentos federais não é boa para um País que, como o Brasil, precisa manter sua espiral de crescimento. Esta é uma equação econômica que precisa ser corretamente sopesada pelos fatores macroeconômicos do atual Governo Federal, sob pena de uma indesejada redução do crescimento econômico ou mesmo da aceleração inflacionária. Oxalá que tudo dê certo.

Com o "gatilho" criado para o aumento do salário mínimo, é estimado que em 2012 ele chegue a em torno de R\$ 620,00, o que pressionará fortemente os gastos daquele ano, transformando-se, de certa forma, em uma bomba para as contas públicas. O Governo Federal terá que resistir às pressões por endividamento e aguçar a redução de suas despesas à espera do ano de 2012. Se não o fizer a contento, uma das alternativas que poderá lançar mão é o aumento dos seus tributos, como o ressurgimento da malfadada CPMF.

De tudo isso não se pode perder de vista que o Governo atual está recebendo uma herança de gastos do Governo Lula, que, embora com muitos acertos na condução da economia, aumentou de 18,4 mil para 21,8 os cargos de livre nomeação do Poder Executivo Federal e aumentou a média salarial desses ocupantes políticos de confiança, além de outros gastos. Além disso, o Congresso Nacional inchou ainda mais os seus gastos com salários e encargos. Enfim, existe uma pressão de gastos públicos cuja redução terá pela frente muitas resistências, especialmente pelos partidos políticos que dão sustentação ao Governo Dilma Rousseff.

A nossa Presidente, além da condução da temperança econômica que se faz necessária, terá que resistir com maestria e firmeza às enormes pressões políticas de aumento dos gastos públicos. Esperemos que consiga, para o bem de todos nós.

Rômulo de Jesus Dieguez de Freitas
Advogado Tributarista
romulo@maja.net.br